

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 5.146, DE 2001

Acrescenta dados ao assento de óbito, previsto na Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

**Autor:** Deputado LINCOLN PORTELA

**Relator:** Deputado MAURÍCIO QUINTELLA  
LESSA

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.146, de 2001, pretende tornar obrigatória a inclusão, no assento de óbito, do número de identidade e do Cadastro da Pessoa Física – CPF do Ministério da Fazenda, acrescentando isto no artigo 80, item 3º, da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, Lei de Registros Públicos, dá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a plena vigência da determinação.

Alega o autor que a proposta virá facilitar a identificação eficaz do falecido, além de tornar mais simples a habilitação dos herdeiros ou beneficiários perante a Previdência Social.

Foram apensados os Projetos de Lei nºs 1.614, de 2007, do Sr. Deputado Raul Henry, e 3.183, de 2008, do Sr. Deputado Takayama.

O PL 1.614, de 2007, dá nova redação aos itens 1º, 2º e 8º do art. 80 da Lei nº 6.015/73, para dispor sobre a obrigatoriedade de constar no assento de óbito o nome do município, a hora, o dia, o mês e o ano do evento ou



1704870350

incidente que deu origem ao óbito, em situações de morte causada por fatores externos.

O PL 3.183, de 2008, dispõe sobre a elaboração do atestado de óbito de mulher gestante.

A esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania compete analisar as propostas sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, sendo a apreciação conclusiva (art. 24, II do Regimento Interno).

No prazo, não foram oferecidas emendas.

É o Relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

A matéria tratada é de competência da União Federal (art. 22, I), de iniciativa desta Casa (art. 61), não atentando contra quaisquer dos incisos do § 4º do art. 60, todos da Constituição Federal, o projeto é constitucional, nestes aspectos.

Ressalvado o PL 1.614/07 que não traz no art. 1º o objeto da lei e o respectivo âmbito de sua aplicação, a técnica legislativa das demais Proposições encontra-se em consonância com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Não há vícios de natureza jurídica, sendo observados os princípios que norteiam nosso ordenamento jurídico.

No mérito, todavia, não cremos oportunas ou convenientes as aprovações sugeridas.

No que concerne ao PL 5.146/01, a verdade é que esta proposta encontra-se prejudicada.



Em que pese aos nobres intentos do seu ilustre autor, o Poder Executivo adotou a Medida Provisória nº 2.187-12, com edição 27 de julho de 2001, tornando obrigatória a inclusão de pelo menos uma das informações descritas no seu artigo 2º (inclusive a obrigação de colocar o número da carteira de identidade e do CPF no assento de óbito), com o seguinte teor:

*“Art. 2º O art. 80 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:*

*12) pelo menos uma das informações a seguir arroladas: número de inscrição do PIS/PASEP; número de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, se contribuinte individual; número de benefício previdenciário - NB, se a pessoa falecida for titular de qualquer benefício pago pelo INSS; número do CPF; número de registro da Carteira de Identidade e respectivo órgão emissor; número do título de eleitor; número do registro de nascimento, com informação do livro, da folha e do termo; número e série da Carteira de Trabalho.” (NR)”*

Como a Emenda Constitucional nº 32, de 2001, em seu artigo 2º determina que as medidas provisórias editadas anteriormente à sua vigência passem a vigorar até que medida provisória ulterior as revogue ou haja deliberação definitiva do Congresso Nacional, a verdade é que o PL 5.146/01 não tem mais razão de ser, restando, pois, prejudicado, em face da Medida Provisória 2.187-12 estar em plena vigência.

Em sendo assim, a Proposição não tem necessidade de ser aprovada, devendo ser tida como prejudicada.

No que diz respeito aos PLs 1.614/07 e 3.183/08, verificamos que nada foi acrescentado ao que já dispõe de modo sucinto e claro o art. 80 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos. Que dispõe do seguinte modo, a feitura do atestado de óbito:

*“Art. 80. O assento de óbito deverá conter:*

*1º) a hora, se possível, dia, mês e ano do falecimento;*



**2º) o lugar do falecimento, com indicação precisa;**

3º) o prenome, nome, sexo, idade, cor, estado, profissão, naturalidade, domicílio e residência do morto;

4º) se era casado, o nome do cônjuge sobrevivente, mesmo quando desquitado; se viúvo, o do cônjuge pré-defunto; e o cartório de casamento em ambos os casos;

5º) os nomes, prenomes, profissão, naturalidade e residência dos pais;

6º) se faleceu com testamento conhecido;

7º) se deixou filhos, nome e idade de cada um;

**8º) se a morte foi natural ou violenta e a causa conhecida, com o nome dos atestantes;**

9º) lugar do sepultamento;

10º) se deixou bens e herdeiros menores ou interditos;

11º) se era eleitor.

12º) pelo menos uma das informações a seguir arroladas: número de inscrição do PIS/PASEP; número de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, se contribuinte individual; número de benefício previdenciário - NB, se a pessoa falecida for titular de qualquer benefício pago pelo INSS; **número do CPF; número de registro da Carteira de Identidade e respectivo órgão emissor; número do título de eleitor; número do registro de nascimento, com informação do livro, da folha e do termo; número e série da Carteira de Trabalho.** (Incluído pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)”

As situações aventadas por seus proponentes já se encontram previstas (no art. 80 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos) de modo bastante satisfatório, não havendo necessidade de lei nova para repisar o que já está de há muito tempo assentado em nossa legislação de registro e notas, ainda mais fazendo alterações de natureza casuística, quando devemos lembrar que a lei, norma geral, já abrange o pretendido.



Deste modo, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa (salvo o PL 1.614, de 2007) e no mérito pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 1.614, de 2007, e 3.183, de 2008, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 5.146, de 2001.

Sala da Comissão, em                    de                    de 2008.

Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA  
Relator

ArquivoTempV.doc



1704870350